

PLO 167/2024

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. "CONCEDE INCENTIVO FISCAL, MEDIANTE DESCONTO DE IPTU, AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS QUE PROMOVAM A RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE SUAS FACHADAS NA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO, E ADJACÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". AFRONTA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INCONSTITUCIONALIDADE.

PARECER

1 – RELATÓRIO

Este parecer visa analisar a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 167/2024, de autoria do Vereador Policial Federal Suender, que propõe a concessão de incentivo fiscal, mediante desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), aos proprietários de imóveis localizados na região central do Município de Anápolis e adjacências, que promovam a recuperação e conservação de suas fachadas.

O objetivo do projeto é incentivar a manutenção estética e estrutural das edificações nessas áreas, promovendo a valorização do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

É cediço que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, § 6º, confere aos entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) o poder para instituir, modificar ou revogar isenções tributárias. Sabe-se, também, que a competência para tratar de matéria tributária é conferida tanto ao Legislativo quanto ao Executivo. No entanto, o exercício dessa competência deve observar os

Página 1 de 5



princípios constitucionais que regem o sistema tributário; neste caso, especialmente o princípio da isonomia, previsto no artigo 150, inciso II, da Constituição Federal.

Isso porque, para se conceder isenção ou desconto tributário no âmbito do IPTU, é imperioso que essa concessão não seja discriminatória, sob pena de violação ao princípio da isonomia tributária. O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que o princípio da isonomia tributária impede o tratamento desigual entre contribuintes em situação equivalente. O Projeto de Lei Ordinária nº 167/2024 concede o benefício fiscal de forma exclusiva aos proprietários de imóveis situados na região central do município e em suas adjacências. Essa exclusividade configura afronta ao artigo 150, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da isonomia tributária.

Outro ponto que merece destaque é a ausência de estudo de impacto financeiro-orçamentário, exigido pelo artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e pelo artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A concessão de benefício fiscal, como o desconto no IPTU proposto no projeto, implica renúncia de receita, e, para sua validade, é indispensável a apresentação de estimativa do impacto financeiro e orçamentário, bem como as medidas compensatórias necessárias para evitar desequilíbrio nas contas públicas. A ausência desse estudo compromete a viabilidade do projeto e, por conseguinte, constitui uma violação ao princípio da responsabilidade fiscal, podendo acarretar sérios prejuízos ao orçamento municipal, caso a renúncia de receita não seja devidamente compensada.

Observe-se jurisprudência de casos semelhantes:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE IBARAMA. LEI MUNICIPAL Nº 2.370/2021. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL. ISENÇÃO. IPTU VERDE. AUSÊNCIA DE INICIATIVA PRIVATIVA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO DE INICIATIVA. RENÚNCIA DE RECEITA. **AUSÊNCIA DE ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.** OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. 1. Lei nº 2.370/2021,

Página 2 de 5

do Município de Ibarama, que cria o programa \IPTU VERDE\ e autoriza a concessão de desconto isencional no IPTU como incentivo ao uso de tecnologias ambientais sustentáveis. 2. Lei de autoria parlamentar. Considerando se tratar de matéria tributária, a iniciativa legislativa compete tanto ao Executivo como ao Legislativo. Precedentes do STF e desta Corte. 3. O art. 7º da Lei Municipal nº 2.370/2021 cria atribuições para órgãos do Poder Executivo. Afronta os arts. 8º, 10, 60, II, ?d?, e 82, II, III e VII, todos da CE/89, assinalando inconstitucionalidade formal subjetiva e a consequente afronta ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes Estruturais. 4. **Ausência de estudo de impacto financeiro-orçamentário (art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 113 do ADCT), que se mostra necessário no caso, tendo em vista a concessão de benefício fiscal, acarretando renúncia de receita pelo diploma legal questionado.** Violação do princípio da razoabilidade (art. 19, caput, da CE/89). Inconstitucionalidade material verificada. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME.** (TJ-RS - ADI: 70085286979 RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 18/03/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 28/03/2022

INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE SINOP QUE ALTEROU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL PARA EXCLUIR DA ISENÇÃO DO IPTU APENAS IMÓVEIS PERTENCENTES À COLONIZADORA SINOP S.A. - DUPLA INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA – **VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA (CF/88, ART. 150, II): INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL – USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO (CF/88, ART. 153, VI): INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL (INCONSTITUCIONALIDADE ORGÂNICA). DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA.** 1. Malgrado o Município tenha o poder para conceder, revogar ou modificar isenção tributária, nos

Página 3 de 5

termos do art. 150, § 6º, da CF/88, não pode o fazer de forma discriminatória, sob pena de afronta ao art. 150, II, também da Magna Carta. Já decidiu do STF que O artigo 150, inciso II, da Constituição Federal, consagrou o princípio da isonomia tributária, que impede a diferença de tratamento entre contribuintes em situação equivalente, vedando qualquer distinção em razão do trabalho, cargo ou função exercidos (RE 236881, Relator : Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 05/02/2002, DJ 26-04-2002 PP-00090 EMENT VOL-02066-02 PP-00432). 2. Caso concreto em que, como a exclusão da isenção foi dirigida – por lei casuística – **única e exclusivamente** aos imóveis titulados pela Colonizadora Sinop S.A., afigura-se acertado o reconhecimento de que a lei municipal padece de vício de inconstitucionalidade material por afronta ao princípio da igualdade tributária. 3. A par disso, a norma municipal também padece de vício de inconstitucionalidade formal (inconstitucionalidade orgânica), por violação indireta ao art. 153, VI, da Magna Carta, uma vez que o Município de Sinop exerceu competência tributária sobre imóveis sujeitos ao ITR, e não ao IPTU. POR MAIORIA, JULGARAM PROCEDENTE A ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. (TJ-MT - Incidente De Arguição de Inconstitucionalidade: 00007806420178110000 MT, Relator: SERLY MARCONDES ALVES, Data de Julgamento: 08/02/2018, TRIBUNAL PLENO, Data de Publicação: 18/05/2018).

Ademais, ressalta-se que ainda que o projeto de lei encaminhado fosse aprovado neste momento, tal fato seria inócuo em razão da vedação eleitoral imposta pelo art. 73, § 10 da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), que impede a concessão de isenções tributárias em ano eleitoral, conforme diversas manifestações do STF e TSE. Isso porque, embora o vereador tenha logrado êxito em sua jornada para a reeleição, ainda está em trâmite a campanha de segundo turno de votos para prefeito, no qual o legislador segue ativo como apoio de um dos concorrentes.

3 – CONCLUSÃO

Página 4 de 5



CÂMARA
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

Diante o exposto, conclui-se que o Projeto de Lei Ordinária nº 167/2024 padece de inconstitucionalidade material, em razão da violação ao princípio da isonomia tributária, consagrado no artigo 150, inciso II, da Constituição Federal, e à ausência de estudo de impacto financeiro-orçamentário, conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, a proposta encontra-se inviabilizada em razão da vedação eleitoral prevista na Lei nº 9.504/1997.

Portanto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifesta-se **DESFAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 167/2024.

É o parecer.

Anápolis, 15 de outubro de 2024.


Vereador(a) Relator(a)

JAKSON CHARLES
Vereador


THAÍS GOMES DE SOUZA
Vereadora


Afonso Viana
VEREADOR


LISIEUX JOSÉ BORGES
Vereador

Encaminhe-se à Mesa Diretora
em 15.10.2024
Presidente

Página 5 de 5



Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,
Q 50, L 14, B. Jundiá, Anápolis/GO
CEP: 75.110-330
anapolis.go.leg.br